



**LÉXICO E IDENTIDADES CULTURAIS: ANÁLISE DA TOPONÍMIA
INDÍGENA DE NATUREZA ANTROPOCULTURAL NO SERTÃO DE
QUIXERAMOBIM**
**LEXICON AND CULTURAL IDENTITIES: ANTHROPOCULTURAL
ANALYSIS OF INDIGENOUS TOPONYMS IN THE BACKLAND OF
QUIXERAMOBIM**

Elis Larisse Santos Gonçalves¹

Exedito Eloísio Ximenes²

RESUMO

Nomear é uma das primeiras atitudes humanas diante do mundo que nos cerca, tendo em vista que a linguagem atravessa a própria existência humana. Por meio da língua também organizamos nossa maneira de estar no mundo e de atuar sobre ele, o que nos faz pensar a língua como um componente da cultura, se esta é entendida de forma abrangente como sendo “todo um modo de vida” (WILLIAMS, 2015, p. 10). Por meio da língua podemos também compreender as práticas culturais e históricas de nossos antecessores, uma vez que práticas linguísticas que foram usuais em tempos que nos precederam também permeiam as relações sociais do presente, muitas modificadas em suas formas e sentidos, mas que nos ajudam a compreender as formas de organizações comunitárias do passado, como é o caso do objeto de estudo desta pesquisa – as toponímias. O campo de estudos toponímicos no Brasil se destacou a partir das pesquisas de Levy Cardoso (1961), ao estudar aspectos das formas de nomeações dos lugares, e seguiu seu desenvolvimento por meio dos estudos de pesquisadores como Drumond (1965) e Dick (1980) até o presente momento, em que estudiosos do país têm empreendido esforços na construção do projeto de Atlas Toponímico do Brasil (ATB). Nesse sentido, o presente trabalho objetiva analisar as toponímias indígenas da microrregião cearense do Sertão de Quixeramobim que são classificadas, de acordo com as balizas teórico-metodológicas de Dick (1990), como sendo de natureza antropocultural, ou seja, nomes de lugares que têm sua motivação denominativa relacionada a fatores culturais dos povos indígenas. Dessa forma, o *corpus* deste trabalho é composto de 03 topônimos da região supracitada. É importante ressaltar que nos atemos à motivação semântica desses topônimos, tecendo considerações acerca da relação entre o léxico toponímico e identidade cultural. Para isso, também utilizamos como aporte teórico Biderman (1998), Hall (2006) e Woodward (2014).

PALAVRAS-CHAVE: Léxico; Toponímias Indígenas; Cultura; Natureza Antropocultural; Sertão de Quixeramobim.

1 Mestre em História e Letras, Universidade Estadual do Ceará. elislarisse7@gmail.com

2 Doutor em Linguística, Universidade Federal do Ceará. Pós-doutor em Filologia Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Professor adjunto da Universidade Estadual do Ceará (UECE), atuando no programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada e no Mestrado Interdisciplinar em História e Letras. Coordenador do Grupo de Pesquisa Práticas de Edição de Textos do Estado do Ceará (PRAETECE). expedito.ximenes@uece.br



ABSTRACT

Nominate is one of the first human attitudes before the world that surrounds us, in view of the fact that language passes through human existence itself. Through language we also organize our way of being in the world and acting on it, which makes us think of language as a component of culture if it is comprehensively understood as “a whole way of life” (WILLIAMS, 2015, p. 10). Through language we can also understand the cultural and historical practices of our predecessors, since linguistic practices that were customary in times before us also permeate the social relations of the present, many modified in their forms and meanings, but which help us to understand the forms of community organizations of the past, as is the case of the object of study of this research - the toponyms. The field of toponymic studies in Brazil has stood out from the research of Levy Cardoso (1961), when he studied aspects of the forms of nomination of places, and has followed its development through the studies of researchers such as Drumond (1965) and Dick (1980) until the present moment, when scholars from the country have undertaken efforts in the construction of the Atlas Toponymic of Brazil (ATB) project. In this sense, the present work aims to analyze the indigenous toponymies of the Ceará micro-region of the Sertão de Quixeramobim, which are classified, according to Dick’s (1990) theoretical-methodological marks, as being of an anthropocultural nature, that is, names of places that have their denominative motivation related to cultural factors of the indigenous peoples. Thus, the corpus of this work is composed of 03 toponyms of the aforementioned region. It is important to emphasize that we stick to the semantic motivation of these toponyms, making considerations about the relationship between the toponymic lexicon and cultural identity. For this, we also used Biderman (1998), Hall (2006) and Woodward (2014) as theoretical contributions.

KEYWORDS: Lexicon; Indigenous toponyms; Culture; Anthropocultural Nature; Quixeramobim Hinterland.

Considerações iniciais³

Toponímia é a área dos estudos onomásticos que investiga os nomes dos lugares, sejam eles acidentes geográficos físicos (AF), que são espaços constituídos de forma natural, como por exemplo, serras, rios e vales; ou acidentes geográficos humanos (AH), quando se tratam e acidentes artificiais, ou seja, fazendas, ruas, distritos, cidades, pontes, viadutos etc.

No Brasil, os estudos de Cardoso (1961) configuram como algumas das primeiras pesquisas no campo toponímico. Muitos outros pesquisadores como Drumond (1965) e Dick (1980) também deram grande contribuição para a organização metodológica neste campo do saber, levando em consideração, principalmente, as condições da toponímia brasileira. Atualmente temos pesquisadores de todo o país dedicando-se a compreender a configuração toponímica brasileira, principalmente após a iniciativa do projeto do Atlas Toponímico do Brasil (ATB), que conta com a contribuição de projetos de muitos estados do Brasil.

Dentro desse campo de estudos, este trabalho se propõe a analisar as toponímias indígenas de natureza antropocultural da microrregião do Sertão de Quixeramobim⁴, no Ceará, numa

3 Este artigo deriva da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação interdisciplinar em História e Letras da Universidade Estadual do Ceará – UECE, sob o título: AS TOPONÍMIAS INDÍGENAS DO SERTÃO DE QUIXERAMOBIM: UM ESTUDO LINGUÍSTICO-HISTÓRICO-CULTURAL.

4 A mesorregião 4 intitulada Sertões Cearenses está subdividida em 4 microrregiões, dentre elas a Microrregião 19, nomeada de Sertão de Quixeramobim composta por 07 (sete) municípios. Essa divisão político-administrativa pode ser visualizada neste site do IPECE: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/pdf/Microrregioes_Geograficas_2019.pdf>.

perspectiva de perceber que motivações estão imbricadas nas escolhas designativas e nos significados envolvidos na relação entre linguagem e processos cognitivos, pois percebemos que, através da nomeação dos lugares, os indivíduos “revelam padrões motivadores vigentes e suas influências objetivas e subjetivas” (DICK, 1990, p. 78). Deste modo, interessa-nos compreender, por meio das escolhas de determinados signos toponímicos, como as identidades culturais emergem na e pela linguagem, uma vez que tais escolhas lexicais também não são feitas de forma aleatória, mas partem de questões que estão para além das motivações, estendendo-se para as relações de poder e imbricadas nas políticas de representação (FREITAS, 2006).

À vista disso consideramos que nos aprofundarmos sobre uma análise dos processos de nomeação de um lugar contribui para que descubramos “recortes de uma realidade vivenciada, consciente ou não, que representam a mentalidade de um tempo histórico ou ethos grupal.” (DICK, 1990, p. 99), assim como identidades dos sujeitos partícipes da ação designativa e, por isso, nos ancoramos em Marcuschi (2015, p. 264) quando este nos esclarece que “essencial é acharmos uma forma de analisar as atividades sociais, históricas e cognitivas realizadas no ato do dizer” pois a linguagem ao mesmo tempo que é constitutiva, também constrói e age sobre as relações sócio-históricas e culturais.

Isto posto, a análise que se segue se debruçou sobre 03 (três) topônimos da região referida, utilizando como método principal de análise o modelo taxionômico de Dick (1980), mas também mobilizando conceito de outros campos do saber, como o exemplo, o conceito de identidade (HALL, 2006; WOODWARD, 2014). Tais toponímias, de acordo com a classificação de Dick, têm sua motivação semântica relacionada a fatores culturais dos povos indígenas. A partir disso, buscamos tecer uma discussão sobre esses símbolos e a formação dessa identidade cultural.

Toponímia e a relação com as identidades culturais de grupos sociais indígenas

Existem formas diversas de definir o que somos, enquanto indivíduos, ou mesmo enquanto pertencentes a grupos sociais. Essa definição do que somos pode ser representada por meio de vários símbolos, seja a forma como nos vestimos, como nos comportamos, como organizamos nossos espaços, até as formas que utilizamos para nos comunicar. Todos são elementos que funcionam como formas de representações das coisas com as quais nos identificamos e que, por sua vez, nos identificam, pois são componentes que fazem parte da formação de nossas identidades; essa definição também é marcada pela diferença (WOODWARD, 2014), ou seja, pelo que não somos, por aquilo que não escolhemos para nos representar.

Nesse sistema de símbolos representacionais e definidores de nossa identidade, a língua se insere como componente que também nos define. Tomemos o exemplo dos atos de nomeação, uma das primeiras atitudes humanas diante do que vai surgindo no mundo. Ao nascer uma criança, uma das primeiras providências a serem tomadas, no que tange ao social, é nomeá-la. Esse nome pode estabelecer tanto uma relação afetiva com um outro parente de mesmo nome,

quanto homenagem a determinadas figuras públicas, a aspecto religioso, quando se homenageia um santo de devoção ou até relações através do significado etimológico do nome que, de alguma forma, identifique o sujeito.

A título de exemplificação, essas são algumas referências que nos fazem pensar na importância atribuída ao ato de nomeação das coisas, atitude que, como podemos ver, funciona como uma espécie de “fazê-las existir” para um mundo de significação. Podemos pensar no ato de nomear como um processo de dar sentido à existência, reconhecer a identidade das pessoas, um fazer-se definir dentro do grupo social ao qual os sujeitos pertencem. As escolhas designativas, portanto, não são ocasionais, pois elas nos identificam, se relacionam com o que somos, com a construção da identidade de um indivíduo ou de grupos sociais e com a cultura da qual fazemos parte.

Nesse processo de nomeação, a língua se mostra em sua dinamicidade, uma vez que se faz uso de palavras já existentes, outras são reformuladas ou ressignificadas, outras são criadas e até “emprestadas” de outros idiomas. Especificamente, é também neste sentido que o léxico, componente de uma língua, é um sistema de representação, pois as palavras têm uma razão de ser no mundo, não são postas de forma aleatória e nem escolhidas para determinada situação pelo acaso, ao contrário, “todas as palavras remetem ao conhecimento que o homem constrói em sua experiência social com grupos e culturas de que participa” (ANTUNES, 2012, p. 28). Ou seja, todas as palavras significam, a partir do que foi construído pelo homem individualmente e em suas experiências coletivas, ao longo do tempo, no processo da cognição. As palavras são a organização conceitual de seus referentes no mundo (BIDERMAN, 1998), organização essa que parte das experiências e construção do conhecimento humano.

A partir de uma abordagem na perspectiva dos estudos culturais, podemos pensar na concepção de identidade como sendo historicamente construída (HALL, 2006), portanto, dinâmica, instável, em contraposição às concepções de identidade pensadas como sendo definidas biologicamente, como se esta fosse inerente ao ser humano, numa visão essencialista de identidade; ou, a concepção de que o sujeito, tendo um núcleo interior que não é autossuficiente, se construa através da interação entre seu mundo individual e o contato com o mundo externo (HALL, 2006). Dessa forma, é necessário refletirmos sobre o ato de nomeação, sobre a natureza dessas escolhas designativas, bem como sobre esse padrão, a priori, da fixação de um número considerável de toponímias advindas da língua indígena, e, assim, pensarmos a construção da identidade de grupos sociais, uma vez que “todo ato de nomear dar-se no bojo de uma política de representação que, por sua vez, está diretamente relacionada com o processo de construção de identidade” (FREITAS, 2006, p. 228). Ou seja, nomear os lugares diz respeito a como os sujeitos dessas regiões se veem também, como eles se definem e constroem sua identidade, ou de como a reivindicam. Nas palavras de Dick (1997):

O sistema denominativo que aciona é, assim, um reflexo de tudo aquilo que representa, cumulativamente, hábitos, usos, costumes, moral, ética, religião. Os parâmetros que utiliza neste ato posicionam-se em relação diretamente proporcional ao que mais o impressionou ou sugestionou, no momento da criação do nome, dentro de um princípio derivado daquele remoto conjunto de circunstâncias comuns (DICK, 1997, p. 13).

Há uma estreita relação entre a forma de nomeação dos lugares com a formação da identidade dos grupos que os nomeiam, uma vez que hábitos e costumes dos grupos humanos fazem parte do conjunto de coisas que definem os sujeitos, de como se veem, de como são representados e de como representam. A motivação toponímica, o que impele o sujeito a nomear de tal maneira e não de outra, remete-nos às suas escolhas, a como ele diz o lugar em que vive e, de modo consequente, ao que o sujeito escolheu evidenciar dentro daquele espaço, seja a motivação toponímica relacionada a aspectos físicos do espaço geográfico, ou por questões de cunho sócio-cultural.

Os nomes dos lugares inserem-se no que podemos chamar de palavra-ação (MARCUSCHI, 2015), uma vez que têm implicações de cunho representacional que dizem respeito à construção de significados e até de preferências. Essa representação toponímica que ganha materialidade na língua - além de ser uma questão simbólica - tem também implicações sociais; uma delas, como já vimos, relacionada à construção da identidade que diferencia os grupos humanos desse lugar. E sendo essas representações consideradas um caminho de escolhas que define e distingue os grupos humanos, inserem-se, também num sistema de poder.

Exercer poder sobre o outro muitas vezes está relacionado à força física de dominação. Entretanto, pode ser feito em diversas esferas, seja através da força física, como acontece na dominação de territórios, seja por meio de atividades de cunho político e social, como acontece nas políticas de representação de governos distintos (FREITAS, 2006) quando em ascensão. Este foi, por exemplo, a forma como Brasília se tornou símbolo do progresso do Governo Juscelino Kubitschek (1956- 1961). Podemos citar também a força de representação de um projeto político por meio de formas de nomeação do bando 10⁵, do livro antigo 16 (atual 86), de data crônica 1762-1807:

O Tenente Corel. do Regimento de Infantaria paga da Goarni=saõda Prassado Recife de Pernambuco. acujo cargo se acha o governo desta Capitania. Doceará grande por El Rey Vosso Senhor Porquanto SMage. pelo Alvará de 8 de Mayo de 1758 foy servido mandar que neste estado se observasse = inviolavel mente a ley de 6 de Junho de 1755 q' determinou a creação das Vaselugares de Indios das capitancias do Gram Parã Maranhão Ficando commuaeste Estado sem restricão

5 Um bando é um documento originário de alguma autoridade, direcionado aos governados com o objetivo de dar algum aviso ou ordem sobre determinados assuntos. É um texto escrito para ser lido em praça pública ou qualquer ambiente público, sobretudo em pequenas comunidades em que as pessoas não sabiam ler. Por isso leva o nome de bando, pois tocava-se um tambor, caixa ou bando para o se reunir e ouvir a leitura do texto. Depois o texto era fixado na parede para que todos pudessem saber. Dessa forma, ninguém poderia alegar ignorância do fato que fora anunciado

interpretação ou modificaçãoalgua: Enada. Ley manda que nas fundaçõs das Villas elugaressepratiqueemquanto for posi-velapolítica que ordenou para afunçãoãdaVila nova deS.Joze do Rio negro: ecomoareferida política outro sim ditrimina6 que nas Vilas elugares q denovoSeeregirem nas Aldeas dos Indiossedenominem com os nomes dos lugares eVas. doReyno que bem parecer aoGovor. sem atenção aos nomes Barbaros q actual mente tem (grifo nosso).⁶

A partir deste bando, podemos perceber a ação dos colonos em modificar o nome dos lugares no território cearense ou de estabelecer uma política de nomeação dos lugares que surgissem, partindo de sua perspectiva e ignorando os topônimos indígenas que foram dados a esses lugares. Neste sentido, fica perceptível que os atos de nomeação também são formas de exercer poder e domínio, conforme esclarece Dick (1987):

Quando, no Gêneses, os animais da terra vêm à presença do primeiro homem para que este o denomine, estava se configurando, nesse momento, através do ato denominativo, a posse intelectual de uma espécie sobre a outra, através da manifestação simbólica da linguagem; o “dar nomes” e o “conhecer os nomes dados”, para os primitivos em geral, tinham realmente, uma conotação própria, porque pressupunha toda uma recorrência ao mecanismo de domínio do ente, cujo nome de batismo, o primeiro, clânico, por certo, se tornava público” (DICK, 1987, p. 97).

Ao falarmos sobre identidade, necessariamente precisamos pensar também sobre a diferença, dado que, dizer-se de uma forma, afirmar o que somos é, conseqüentemente, negar uma série de outras afirmações sobre nós mesmos. Definirmo-nos de uma forma é negar tantas outras, por assim dizer. Somos também caracterizados a partir da diferença, isto é, do que não somos, como esclarece Ortiz (1986, p. 7): “toda identidade se define com relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença”.

Dessa forma, Woodward (2014) afirma que a identidade, ao depender da diferença, é marcada por símbolos e por sistemas classificatórios que organizam as relações sociais, estabelecendo, assim, os sentidos, uma vez que estes, não são inerentes às coisas, mas são construídos em relação a elas. Ou seja, o significado não é fixo e nem natural às coisas que determina, mas é construído no processo. Para a autora, é neste momento de classificação que “ideias e valores são cognitivamente apropriados pelos indivíduos” (Woodward, 2014, p. 41), quando temos a marcação da diferença tanto por meios de sistemas simbólicos, quanto por meio de formas de exclusão social.

No caso de nosso objeto, temos a marcação da diferença por meio de um sistema simbólico: os topônimos de origem indígenas são símbolos que marcam identidades que são produzidos e materializados por meio da língua. A forma de nomeação das cidades do Sertão Central cearense são afirmações linguísticas não só da presença de determinados grupos humanos na região, mas também daquilo com o qual nos identificamos que, por conseguinte, nos diferencia do que não somos. São, portanto, itens lexicais que fazem parte de um sistema de representação de uma forma de identificação.

6 Ditrimina por determina.

Quando falamos em sistema, expandimos a noção das coisas, uma vez que sistema nos remete a rede, a um agrupamento que se interliga. É neste sentido de sistema que vemos a recorrência de topônimos de origem indígena nesta região como “um comportamento social repetido ou ritualizado, isto é, um conjunto de práticas simbólicas partilhadas” (WOODWARD, 2014, p. 47). Fazem parte de uma sequência que organiza o mundo social e que significa em relação um ao outro, inclusive à forte relação do lugar com uma memória indígena, que nos leva a pensarmos a nossa ancestralidade e também evidencia vários grupos indígenas que habitavam esta região.

Woodward (2014, p. 47) frisa que “nossa compreensão dos conceitos depende da nossa capacidade de vê-los como fazendo parte de uma sequência”. Podemos, então, pensar que, certamente, para quem chega na região do Sertão Central, há um estranhamento com os nomes de algumas cidades, sobretudo se os itens lexicais forem muito distantes do vocabulário dessas pessoas. Perceber a rede de relações étnicas entre os nomes ajuda a organizar cognitivamente a forma com que se enxerga a região, cada cidade. Em termos práticos, no momento de nossa descoberta desses topônimos, a ideia de encadeamento da origem e simbologia desses nomes nos ajuda a organizar os conceitos sobre eles e sobre a região. Para as pessoas que moram na região desde sempre, certamente não há estranhamento, uma vez que essa é a forma de ordenamento social que lhes parece muito natural, pois desde que tomaram consciência de si, esses topônimos já estabeleciam uma identidade entre os moradores dessas cidades.

Dentro, então, do que Woodward (2014) denomina de sistema classificatório da identidade através de símbolos, vemos a importância da recorrência desses topônimos na “ordem social”.

Outro aspecto importante a ser discutido diz respeito ao que Hall (2006) aborda ao falar de identidades culturais, sobretudo quando trata de uma “comunidade imaginada” (HALL, 2006). Neste conceito, o autor aborda a questão da construção da identidade a partir das culturas nacionais, uma formação que, de tão enraizadas, parecem ser inatas, são os discursos que vão sendo construídos em torno de uma ideia de comunidade, que contribui, portanto, para que os sujeitos se percebam como participantes dessa comunidade, pertencentes a um grupo social que carrega consigo inúmeras características, fruto dessa construção imagético-discursiva (ALBUQUERQUE JR., 2011).

Hall (2006), ao tratar das questões relacionadas à identidade cultural, aborda aspectos que dizem respeito às questões de pertencimento, que será uma das direções que tomaremos neste trabalho, isso porque para melhor refletirmos sobre nosso objeto de estudo – os topônimos de origem indígena-, é interessante pensarmos como se dá essa relação das questões de pertencimento a uma matriz étnica e cultural na discussão sobre formação da identidade do sujeito pós-moderno. Para o autor,

as culturas nacionais são uma forma definitivamente moderna. A lealdade e a identificação, que numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas às tribos, ao povo, à religião e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura nacional. As diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob aquilo que Cellner chama de “teto político” do estado-nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas (HALL, 2006, p. 49).

As culturas nacionais como forma moderna dizem respeito ao impacto do nosso tempo atravessado por um dinamismo que diz respeito a mudanças e, por efeito, também, da globalização. Um período histórico marcado por mudanças que são fruto também da reflexão, da análise das práticas sociais; em contraposição à busca da perpetuação de uma tradição por meio da valorização de seus símbolos e das experiências passadas. Essa forma moderna, portanto, não quer dizer que haja uma ruptura com a tradição, com a experiência das gerações anteriores, quer dizer que práticas são pensadas e ressignificadas, é neste processo, portanto, que nasce uma cultura nacional, o movimento de necessidade em definir o que é nacional e de apegar-se à tradição, porém no movimento de atribuição de novos sentidos a esta.

Ao pensarmos em identidade nacional percebemos que a construção desse discurso relacionado às questões étnicas se funda, também, no cerne da memória, uma vez que durante o decurso de se formar um pensamento sobre o que é ser brasileiro, ou mesmo de traçar discursivamente um projeto de nação, definindo então o que caracteriza o Brasil, podemos perceber uma aproximação com as raízes étnicas que partem do pensamento de que somos fruto das culturas dos índios, africanos e dos europeus. É a busca pela tradição, que se sustenta pelo fato de que “o discurso de uma cultura nacional [...] constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro (HALL, 2006, p. 58). Temos então que, segundo o mesmo autor, uma das formas pelas quais a identidade é narrada é através da “ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na contemporaneidade.” (HALL, 2006, p. 53), isto é, na busca pelas raízes da nação e, assim, pela afirmação dessas raízes através da continuidade destas em diversos níveis.

Nesta perspectiva, as palavras advindas do vocabulário indígena configuram uma herança cultural linguística inserida no contexto atual em que pertencem, também, a uma ideia de nação. A este respeito, Biderman (1987) reitera que o léxico de uma língua natural pode ser identificado com o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística que tem uma história. Assim, para as línguas de civilização, esse patrimônio constitui um thesaurus, ou seja, uma herança de signos lexicais herdados e de uma série de modelos categoriais para gerar novas palavras. (BIDERMAN, 1987, p. 83).

À vista disso, a recorrência de topônimos de origem indígena indica a formação de uma identidade que busca a ligação às nossas raízes culturais através desses “símbolos e representações” (HALL, 2006, p. 50), neste caso, através da língua.

Acerca disso, Woodward (2014, p. 11), na mesma linha de pensamento, afirma que “uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo aos antecedentes históricos” para ela, essa ideia aproxima a identidade de uma visão essencialista, que a tem como algo permanente e estável, embora não seja assim, o que leva à busca pelo fio da genuinidade, de uma essência dos grupos sociais, e até uma verdade histórica, mesmo que, em um processo de ressignificações se produzam constantemente novas identidades, dando a sensação de permanência de uma identidade que vence as barreiras do tempo. Essas questões dizem respeito ao sentimento de pertença a determinados grupos identitários, neste caso, aos grupos indígenas que, por serem os primeiros a habitar nossas terras representam a raiz primeira desse lugar.

Neste sentido, pensarmos na permanência dessa terminologia indígena até os dias atuais, do que a fez perpetuar, se fazem parte de uma política de representação consciente, ou quais as motivações da força desses topônimos que atravessam o tempo e formam, nesta região, um sistema denominativo que remonta à língua indígena, mantendo em uso itens lexicais que, pela imposição do português, tendiam a desaparecer do exercício comunicativo dos falantes da região. De qualquer forma, conscientes ou não, podemos, neste caso, pensar em política de representação, uma vez que estes topônimos são itens lexicais que constituem-se aspectos/marcas da construção simbólica da identidade de um povo, principalmente se pensarmos em como as matrizes indígena, africana e europeia estão presentes nesta ideia de nação por meio de seus inúmeros símbolos, um deles, a língua, até mesmo como uma ideia de reivindicação ligada às questões étnicas, uma vez que, como afirma Hall (2006, p. 49), “a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentido – um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação: elas participam da ideia de nação tal como representada em sua cultura nacional.”

Pensar as escolhas designativas como símbolos de representação que compõem uma identidade cultural, como formas de atribuição de sentidos, é pensar nesses itens lexicais como atos políticos, que fazem parte da construção dessa “comunidade imaginada”, que nasceram no bojo de uma realidade social que, embora não seja um processo consciente, coexiste imbuídas de significados e que também caracterizam a cultura de um povo. Ainda mais se pensarmos identidade e língua, ambas como sistemas de significação, veremos que estão imbricadas e que a língua, sobretudo o léxico, tanto faz parte da significação para a construção de uma identidade, quanto nos permite percebermos como se dá esta construção ao longo da história.

As escolhas designativas se dão no bojo da arbitrariedade porque não são determinadas naturalmente, como escolhas, partem sempre da subjetividade de quem tem poder para fazê-las, partem das intenções de quem as fazem, do que pensam, de como veem o mundo, de sua cultura e história. Podemos pensar no léxico toponímico, nas escolhas que se deram, em sua motivação, como uma política de representação local que faz parte de uma narrativa sobre a construção identitária da nação, uma vez que a linguagem enquanto “instrumento cognitivo [...] tem como

função organizar e fixar a experiência humana” (MARTELOTA, 2015, p. 184), portanto, ao sermos interpelados pela necessidade de pertencimento, pela necessidade da construção de uma narrativa acerca da identidade nacional, vamos reorganizando nossas experiências culturais e concebendo formas diversas de linguagens para representar essa estrutura identitária.

Percebemos, portanto, que o processo de nomeação dos lugares não é uma atividade aleatória, pelo contrário, nomear, como foi dito, é uma forma de organização humana. Entretanto, não é uma atividade, nos termos de Irandé (2012), que pode ser tida como uma forma de rotular as coisas do mundo, a escolha lexical para nomear se dá a partir de processos subjetivos e complexos que dizem respeito a como cada grupo humano conceitua o seu espaço, por conseguinte, como esses grupos o percebem. É, por assim dizer, uma atividade que põe em destaque costumes, crenças, valores, ideologias e posições políticas do povo que o faz.

Povos indígenas na microrregião do sertão de Quixeramobim: considerações histórico-culturais

O interesse primeiro por pesquisar as toponímias indígenas foi por constatarmos várias lexias provenientes das línguas indígenas nomeando as cidades desta região⁷, tendo em vista que dos 07 (sete) municípios que compõem a microrregião supracitada do Sertão de Quixeramobim, 05 (cinco) são denominados com nomes indígenas, mesmo tantos anos após a implementação de um projeto colonizador que empenhou-se em suplantar, até onde pode, a cultura desses povos, sobretudo com um trabalho de imposição que também perpassou o plano linguístico, como vimos anteriormente o pequeno exemplo do bando.

O Ceará foi uma das capitanias que mais demorou a ser colonizada devido a questões econômicas, pois, à época, a coroa portuguesa focava suas atividades financeiras na produção da cana-de-açúcar, enquanto as condições naturais da então Capitania do Ceará eram mais propícias à pecuária, atividade que se configurava como “acessória” da primeira, conforme explica Pinheiro (2000).

Era grande o número de nativos à época da colonização, tendo em vista, principalmente que, conforme outras capitanias iam sendo ocupadas, os povos indígenas iam migrando para espaços ainda não invadidos pelo colonizador, como era o caso do *Siará Grande*. Esse movimento migratório também ocorreu no próprio Ceará, pois conforme o litoral ia sendo tomado, os grupos indígenas se afastavam para os sertões.

De acordo com Studart (1966) e Araripe (2002) constatamos que, à época, os grupos indígenas que habitavam a região do Sertão Central cearense eram os Genipapos e Canindés. Tais povos viviam, como contam os historiadores, a andarilhar os longos contornos dos rios

⁷ Nesta pesquisa estamos trabalhando apenas com lexias que nomeiam cidades e distritos da região, ou seja, com acidentes geográficos humanos (AH).

Banabuiú e Sitiá, importante provisoros de água às cidades cearenses ainda na atualidade.

Esses povos indígenas que habitavam essa parte dos sertões cearenses eram considerados, pelo olhar colonizador, povos tapuias, designação pejorativa para denominar todas aquelas nações indígenas não pertencentes ao tronco linguístico tupi, ou seja, além das diferenças culturais, tendo em vista a diversidade de modos de vida desses grupos, um elemento de força que demarcava essas diferenças era o fator linguístico, tendo em vista que tais indígenas tapuias eram descritos como “as hordas que, palmilhando de preferência os chãos sertanejos da Capitania, falavam língua travada” (STUDART FILHO, 1966, p. 54).

Desse modo, tapuia era sinônimo de selvagem, bravo, violento e, até incivilizado, como podemos ver reverberado na fala, inclusive, de intelectuais de época relativamente recente, pois, segundo esses intelectuais, os tapuias “não possuíam nem a mentalidade nem as virtudes de heroísmo, nobreza e lealdade que lhes emprestam os nossos romancistas e poetas: eram, ao revés, preguiçosos, ladrões, desconfiados, astuciosos e ferocíssimos nas vinditas” (CRUZ FILHO, 1966, p. 35). Mesmo com o extermínio de um número enorme de nativos, atualmente, temos ainda, reconhecidos 14 grupos indígenas no Ceará, os quais estão alocados em 18 municípios, e destes, somente o grupo potiguara reside na região do Sertão Central Cearense, no município de Boa Viagem (CEARÁ, 2019). Porém, apesar da pouca presença física desses povos na região, sobressai-se, como forma de resistência, e registro memorialístico, as palavras que dão nomes a muitos lugares do território cearense.

Um dado importante para melhor contextualizarmos a estada dos grupos indígenas na microrregião a qual nos referimos é o fato de que existe, em um distrito chamado Sitiá (o mesmo nome do rio que passa pelo distrito) a igreja de Nossa Senhora da Conceição, construída em 1719, período de grande efervescência da colonização dos sertões cearenses. Esse monumento histórico nos fornece uma noção mais precisa de localização da atuação colonial por meio das forças religiosas, representadas neste ponto, pela chegada da igreja católica, o que nos leva a crer que também naquela região onde alocou-se a igreja, houvesse nações indígenas. Neste sentido, Sousa (1960, p. 13), ao referir-se aos grupos Genipapo e Canindé, afirma que

o primeiro aldeamento desses índios remonta a 1739, ano em que Luiz Henrique Pereira Freire, então no governo de Pernambuco, ‘tendo em consideração o requerimento de Miguel da Silva Cardoso, índio da nação Genipapo, mandou aldeá-los com a nação Canindé, por serem ambas da mesma língua e parentas, no sítio Banabuiú, distrito de Jaguaribe. O lugar mencionado deu origem à vila de Conceição da Barra do Sitiá, depois simplesmente Barra do Sitiá, encravada na primitiva sesmária concedida a 2 de setembro de 1683 a Lourenço Cordeiro e seus companheiros.

Todas essas referências, os bens materiais e imateriais a que tivemos acesso desses grupos nos fazem refletir sobre como a forma de vida indígena, sua cultura e identidade perpassam a nossa realidade presente. Neste sentido é que pensamos esses topônimos como uma herança

linguística que podem contribuir para nossa compreensão da cultura e identidade desses povos que também permeia a nossa.

Metodologia

Para a realização desta pesquisa, utilizamos para o *corpus* de análise topônimos da microrregião do Sertão de Quixeramobim, situada, por sua vez, no Sertão Central cearense. Os topônimos analisados foram coletados dos mapas de escala 1: 650 00037, do IBGE.⁸

O material coletado no supracitado mapa do IBGE, levando em consideração que delimitamos o nosso interesse em analisarmos nomes de cidades e distritos, nos trouxe 15 topônimos indígenas na região, entre os quais 05 (cinco) destes nomeiam cidades e 10 (dez) nomeiam distritos de tais cidades. Especificamente para este trabalho, utilizamos como *corpus* somente 03 topônimos que nomeiam os distritos dos municípios cearenses e que foram classificados como tendo suas motivações designativas relacionadas a fatores antropoculturais, conforme classifica Dick (1980). Dessa forma, temos a seleção das seguintes topônimos: *Caiçarinha*, um distrito do município cearense de Choró; *Tapuiará*, distrito do município de Quixadá; e *Uruquê*, distrito do município de Quixeramobim.

No que diz respeito à catalogação e análise de dados, seguimos as orientações de Dick (1980, 1992, 2004) quanto à classificação taxionômica. Como estamos analisando topônimos indígenas, é de suma importância, nesta pesquisa, utilizarmos os conhecimentos etimológicos acerca destas línguas. Para isso, recorremos a alguns dicionários de línguas indígenas, entre eles, os de Tibiriçá (1985) e Navarro (2013); bem como a trabalhos publicados por alguns etimólogos e pesquisadores em revistas, dentre os quais estão Nogueira (1887), Sampaio (1902), Brígido (1902), Pompeu Sobrinho (1919), Seraine (1947, 1948, 1950).

A classificação taxionômica elaborada por Dick (1980,1992) pode ser visualizada no quadro abaixo:

Quadro 1 - Modelo taxionômico proposto por Dick (1980, 1992)⁹

Taxes de natureza física	Taxes de natureza antropocultural
Astrotopônimos: Topônimo referente aos nomes de corpos celestes. Ex: Cruzeiro do Sul - AC	Animotopônimos ou Nootopônimos: topônimo referente à vida psíquica e à cultura espiritual. Ex. Solidão – PE
Cardinotopônimos: Topônimo referente às posições geográficas em geral. Ex: Nortelândia - MT	Antropotopônimos: topônimo referente aos nomes próprios e individuais. Ex. Mâncio Lima – AC
Cromotopônimos: topônimo referente às cores. Ex.: Monte Azul - MG	Axiotopônimos: topônimo referente aos títulos e às dignidades. Ex.: Deputado Irapuan Pinheiro (CE); Senador Pompeu (CE)

8 Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/politico-administrativo/estaduais>>.

9 Os topônimos utilizados foram retirados em sua maioria também de Sousa (2007), outros são exemplos dos mapas do Ceará que estamos utilizando nesta pesquisa.

Dimensiotopônimos: topônimo referente às características do acidente. Ex.: Serra Grande - CE	Corotopônimos: topônimo referente aos nomes de cidades, países, regiões e continentes. Ex.: Boca do Acre – AM
Fitotopônimos: topônimo referente aos nomes dos vegetais. Ex: Juá - CE	Cronotopônimos: topônimo referente às indicações temporais Ex: Nova Russas (CE)
Geomorfotopônimos: Topônimo referente às formas topográficas. Ex: Cordilheira Alta - SC	Ecotopônimos: topônimo referente às habitações de um modo geral. Ex. Barracão - RS
Hidrotopônimos: Topônimo referente aos acidentes hidrográficos em geral. Ex: Cachoeira – BA	Ergotopônimos: topônimos rela aos elementos da cultura material. Ex. Jangada – MT
Litotopônimo: topônimo referente aos nomes de minerais. Ex: Ouro - SC	Etnotopônimos: topônimo referente aos elementos étnicos isolados. Ex: Paraíba dos Índios – PB
Meteorotopônimos: topônimo referente aos fenômenos atmosféricos. Ex.: Alvorada - TO	Dirrematotopônimos: topônimo constituído de frases ou enunciados linguísticos. Ex.: Passa e fica – RN
Morfotopônimos: topônimo referente às formas geométricas. Ex. Serra Redonda - PB	Hierotopônimos: topônimo referente aos nomes sagrados. Ex.: Exu – PE (hagiotopônimos quando são relativos aos santos e santas do hagiolégio romano. Ex: Santa Quitéria -CE)
Zootopônimos: topônimo referente aos animais. Ex: Cascavel - CE	Historiotopônimos: topônimo referente aos movimentos histórico-social e aos seus membros. Ex.: Sete de Setembro - RS
	Hodotopônimos: topônimo referente às vias de comunicação rural ou urbana. Ex: Ponte Serrada – SC
	Numerotopônimos: topônimos referentes aos adjetivos numerais. Ex. Três ranchos - GO
	Poliotopônimos: topônimos constituídos pelos vocábulos aldeia, vila, povoação, arraial. Ex: Arraial do Cabo – RJ
	Sociotopônimos: topônimo referente às atividades profissionais ou a ponto de encontro. Ex: Estiva – MG
	Somatotopônimos: topônimos referentes às relações metafóricas das partes do corpo humano ou animal. Ex: Braço do Trombudo – SC

A classificação que visualizamos acima teve, posteriormente, a contribuição de outros pesquisadores que foram agregando às taxionomias, outras que abrangessem topônimos com outras ocorrências, como por exemplo, a divisão de Isquerdo (1996) da taxionomia dos animotopônimos em animotopônimos eufóricos e disfóricos e a criação de uma classificação taxionômica para os topônimos formados por siglas, denominados de acronimotopônimos (FRANCISQUINI, 1998).

Análise dos dados

Como explicitado acima, faremos a análise dos topônimos que são classificados de acordo com a categoria de natureza antropocultural, para que possamos perceber como refletir sobre as identidades culturais indígenas que fazem parte da cultura cearense por meio dessas formas

designativas.

O topônimo *Caiçarina* foi classificado como sendo de natureza antropocultural, pois de acordo com Navarro (2013) é uma palavra que tem sua origem tupi antigo de *Ka'aysá*, e significa “cerca rústica feita de galhos e ramos entrelaçados para defesa e proteção”. (NAVARRO, 2013, p. 551). Seraine (1947, p. 220), por sua vez, afirma que *Caiçara* vem do tupi-guarani, sendo então, *caà*: mato; e *içá*: estaca, esteio.

Por isso, dentro do que pontua Dick (1980) classificamos a palavra como **ergonotopônimos**, tendo em vista que, por meio de sua etimologia, refere-se a elementos da cultura, qual seja, tendo em vista que trata-se de “um producto da indústria rudimentar” desses povos (Sampaio, 1901 p. 65).

Os elementos referentes à cultura são construções humanas em que o homem exerce uma atividade, ou cria determinado objeto com um fim específico, neste caso a utilização de elementos da natureza, como mato, ou madeiras, geralmente nas línguas de tronco tupi, demarcados pelo morfema *caá*: mato (DICK, 1990, p. 100-101), com o objetivo de proteção ou delimitação de espaços, a construção de cercas ou para impedir a entrada de invasores, ou para demarcar seus espaços. Por isso a classificação como elemento da cultura, pois é uma construção humana que visa modos de proteção ou de delimitação de espaço, modos de organização humana. A esse respeito, observamos que essa forma de organização do espaço não é própria da sociedade “civilizada”, ou fruto de um aprendizado do “cultivo” da natureza selvagem à evolução. A noção de organização e maneiras de proteção nasce da necessidade de construção de meios de sobrevivência já experienciado pelos nativos, tanto que há um vocábulo para definir, para nomear os conceitos formulados sobre o que seria uma cerca com fins pré-definidos.

De acordo com Ferreira Neto (2003), os índios geralmente não edificavam suas moradias de frente para o mar, atitude que o supracitado autor aponta como um mecanismo de defesa. Ferreira Neto (2003) ainda afirma que não há registros de que, especificamente, os índios do território que hoje se denomina Ceará, tenham construído habitações à beira do mar. As aldeias tinham uma espécie de praça que “era cercada por estacas (na língua tupi, *caiçara*)” (FERREIRA NETO, 2003, p. 107). A partir disso, vemos que é claramente um objeto da cultura indígena de organização e proteção dos seus espaços.

É necessário observarmos ainda acerca deste topônimo que nossa análise se baseou no termo “*Caiçara*”. Entretanto cabe salientar que o topônimo do distrito é *Caiçarina*, ou seja, houve neste vocábulo o processo de sufixação, pois o topônimo recebeu o sufixo diminutivo da língua portuguesa “*inha*”, fenômeno que faz desse topônimo de natureza híbrida (SERAINÉ, 1947) composto por elementos de duas línguas.

O vocábulo *Tapuiará* que, de acordo com Tibiriçá (1985, p. 109), é um vocábulo ligado à tapuia: selvagem; e *araá*: agitado. Ou seja, selvagem agitado. Este topônimo, por sua vez,

representa os 25% do vocábulo classificado como animotopônimo da região pesquisada, ou seja, diz respeito às formulações psíquicas humanas. Neste caso, o topônimo é assim classificado porque o sintagma “tapuia”, algumas vezes já referido neste trabalho, denominava de forma genérica os povos indígenas que geralmente habitavam os sertões, que não pertenciam aos grupos da nação *tupi* e que tinham a “língua travada”, expressão utilizada para demarcar que esses índios falavam línguas que não eram as do tronco *tupi*, geralmente utilizadas pelos bandeirantes para a comunicação e entrada em terras novas. E era também uma nomeação usada para se referir a esses povos como sendo os indígenas mais selvagens, em uma caracterização depreciativa destes.

Os tapuias, em geral, foram esses povos que mais lutaram e fizeram frente de resistência diante da colonização dos sertões cearenses. Como apontado anteriormente, a região do Sertão Central foi habitada por esses índios denominados tapuias, que fizeram frente de resistência diante da invasão de terras por parte dos colonizadores. Como também foi dito anteriormente, a língua, considerada “travada” desses povos, os caracterizavam como índios “menos evoluídos”, tendo em vista que havia também, como pudemos ver, um modelo de índio mais civilizado que outros, como foi manifesto por José Cordeiro (*apud* SIMÃO, 1996, p.30): tapuia “significa até mesmo inimigo. Depois o colonizador empregou o termo para se referir a gente inferior, espécie de bárbaro americano. De qualquer modo, Tapuya é uma denominação política, em certo sentido entendido como resistência.”

Ainda pensando nos sentidos diversos que a palavra pode ter sido utilizada, não podemos deixar de citar que os aspectos físicos dos tapuias foram motivos de elogio por parte dos colonos, como afirma Ferreira Neto (2003), em que eram exaltadas a força física desses índios e sua imunidade, pois eles eram resistentes às doenças. Do remanescente linguístico desses povos, restaram alguns vestígios nos nomes dos acidentes físicos, como rios, serras, e em nomes de acidentes humanos também, como povoados, distritos, apesar de encontrarem-se já muito corrompidos. Mesmo tendo os tapuias vivido efetivamente na região do Sertão de Ceará, o vocabulário tupi adentrou os sertões e imprimiu sua força por meio de formas designativas nessa região, como por exemplo nomeando as localidades, os rios que desaguam no mar (SAMPAIO, 1901), as serras etc. Assim também como denominou os próprios indígenas dos sertões, caracterizando-os como selvagens.

No que concerne à classificação que fizemos desse topônimo, levando em consideração seus usos significativos possíveis, consideramos de grande importância trazermos a esta análise as contribuições de Isquierdo (1996 *apud* Melo 2007), à classificação taxionômica de Dick no que diz respeito aos animotopônimos. A autora sugere que a referida *taxe* seja desmembrada em suas subdivisões, que seriam os **animotopônimos eufóricos**, que se refere aos topônimos cuja motivação apresentam bons sentimentos, nas palavras da própria autora “sensação agradável, expectativa otimista, boa disposição de ânimo.” (ISQUERDO, 1996, p.118 *apud* Sousa, 2007); e os **animotopônimos disfóricos**, quando apresentar sentimentos negativos e

desagradáveis. Pensando na classificação de Isquierdo, seria possível classificar o topônimo Tapuiará como um animotopônimo disfórico, pois além de o termo “selvagem” já ser de cunho pejorativo, acrescenta-se a essa caracterização o adjetivo “agitado” (TIBIRIÇÁ, 1984, p.109), que transmite uma imagem negativa, desagradável desses povos indígenas. Conforme afirma Navarro (2013, p. 464) a palavra *Tapuia*, do Tupí, designa o “indígena de grupo tribal não tupí”. Nesse sentido, podemos compreender essa nomenclatura como sendo uma forma de diferenciação da perspectiva linguístico-cultural entre os grupos indígenas, demarcando essas identidades por meio das diferenças.

O topônimo Uruquê, que denomina um distrito do município de Quixeramobim, de acordo com a sua classificação taxionômica poderia ser tanto ergotopônimo, quanto zootopônimo. Isso porque o morfema *Urú* no tupi antigo, é utilizado com, pelo menos, 5 sentidos distintos, segundo Navarro (2013, p. 501), são eles: “envoltório”; “certas aves galiformes”; “embarcação (enquanto algo que contém coisas e pessoas”); “cesto com tampa feito de folhas de palmeiras ou pequenos juncos); “cesto fechado feito de varas; ou tábuas com grades”. Consideramos a classificação do topônimo como sendo ergotopônimo, pois, dos 5 sentidos apresentados, a maioria deles converge para a ideia geral de ‘objeto que serve para guardar, envolver algo’. Para Nogueira (1887, p. 428), também em seu vocabulário da língua indígena do Ceará, o morfema *urú* significa

cesto tecido da palma da carnaúba, com bandoleira da mesma palma, para trazel-o a tiracolo, como os soldados as patronas, onde guarda-se um indispensável (vide G. Dias, Dic). – Ety: -- de Urú, o que contém, ou traz, continente, cesto, caixa. B. Caetano. Vocab., P. 209 – E também uma ave das nossas serras, cujo canto parece dizer urú, donde lhe veio o nome. J. Galeno, Scen. Pop., P. 273 – Em algumas províncias é conhecida pelo nome de capoeira.

Embora consideremos a forte relação entre o indígena e a natureza, percebemos que grande parte dos sentidos para os quais *urú* é utilizado na língua indígena traz a ideia geral de um objeto que serve para depositar algo. Para além da sua relação com a natureza, os indígenas também produziam seus próprios materiais para organização dos seus espaços, para o depósito de objetos, materiais que fazem parte da organização de seu meio, que parte também de sua cultura.

No Ceará, se perpetua até os dias atuais um objeto conhecido como *urú*, que é um cesto feito de palha, mais usual para guardar peixes. Esse objeto, sem sombra de dúvidas, está atrelado à cultura indígena de alimentação, de transformação de elementos naturais em objetos para uso em seu cotidiano. Vale ressaltar que, segundo pesquisadores da cultura indígena, esses povos não tinham animais de criação (FERREIRA NETO, 2003), pois essa prática veio se perpetuar após a chegada dos colonos. Dessa forma, os modos de vida dos povos indígenas estavam muito ligados à lavoura e às atividades de caça e pesca, práticas que exigiam a criação de objetos materiais que subsidiassem essas práticas cotidianas, como canoas, flechas (FERREIRA NETO, 2003) e *urús*.

Para esclarecermos a motivação toponímica deste topônimo não contamos nem mesmo

com o significado do morfema *quê*, ou *kuê*, pois este não esclarece de forma completa o sentido, de modo que possamos afirmar categoricamente se tratar de um cesto ou de uma ave. Porém, dada à tradição arraigada na cultura artesanal cearense e, também, dado ao uso muito mais recorrente no sentido de se tratar de um instrumento utilizado para depositar outros objetos, é que o classificamos como **ergotopônimo**.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi analisar os 03 (três) topônimos da microrregião do Sertão de Quixeramobim que nos remetessem à cultura indígena. Pela delimitação do *corpus* analisamos somente topônimos referentes a distritos do *locus* escolhido. Por meio da análise taxionômica pudemos concluir que houve maior referência de sentidos a bens culturais materiais, pois *Caiçarinha* remete a um objeto utilizado até os dias atuais para delimitação do espaço e proteção; enquanto *Uruquê* remete a um objeto onde se pode armazenar coisas. No sentido de permanência dessa cultura material indígena, percebemos que os dois artefatos supracitados fazem parte da nossa cultura, não só cearense, mas brasileira. No Ceará, especificamente, as cercas estão distribuídas por todo o sertão para a delimitação dos espaços. Assim como o *urú*, o cesto, em suas variantes formas de uso, também é ainda hoje utilizado para armazenar uma multiplicidade de itens.

De outro modo, temos um topônimo que se refere à cultura imaterial, que é a palavra *Tapuiará*, vocábulo que se mantém em um plano mais simbólico de significações e que traz consigo uma gama de interpretações a seu respeito, levando-nos a pensar que a motivação da nomeação do lugar pode se referir ao fato de que esta foi uma região em que habitava um grande número de tapuias, os quais eram considerados pelos colonizadores, indígenas bravos, selvagens e agitados, que certamente se opuseram à tomada de suas terras.

Esses elementos que nos remetem à cultura e identidades indígenas, fazem-nos concluir que esses topônimos “nos diversos setores do conhecimento, épocas cronológicas distintas evidenciam, ou qualquer porção do espaço, a presença atuante do homem, elaborando, participando, sentindo, expressando, comunicando, em suma” (DICK, 1980, p. 2), ou sejam, trazem à tona os modos de vida e as escolhas de símbolos culturais escolhidos e vivenciados por esses grupos indígenas. Dessa forma também é que vamos perceber todo “universo significativo” (BIDERMAN, 1998, p. 88) que se faz, se perpetua e age na e pela linguagem.

Salientamos, por último, a necessidade que os estudos acerca dos conhecimentos dos significados desses topônimos indígenas sejam socializados em espaços amplos, para que compreendamos o limiar dessas nomeações e quais as relações que nós habitantes desses espaços temos com nossas raízes, lembrando que o que para nós são vocábulos que referenciam e significam osso espaço, nossos lugares, foi imbuído de referências outras que partiam de todo um modo de vida, de toda uma visão de mundo que, como elemento da memória linguística, estendeu-se até nós.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, I. *Território das palavras: estudo do léxico em sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

ARARIPE, T. de A. *História da província do Ceará: dos tempos primitivos até 1850*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

BIDERMAN, M. T. C. A estruturação do léxico e a organização do conhecimento. *Letras Hoje*, Porto Alegre: PUCRS, v.22, n.4, p.81-96, dez. 1987.

BIDERMAN, M. T. C. Dimensões da Palavra. *Filologia e Linguística Portuguesa*. Araraquara, SP, UNESP, n. 2, p. 81-118, 1998.

BRÍGIDO, J. Algumas Etymologias. *Revista do Instituto do Ceará*, Ano 1, 1902.

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxionômicos*. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, Universidade de São Paulo, FFLCH-USP, 1980.

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

DICK, M. V. de P. do A. Os vocabulários toponímicos básicos no “vocabulário da língua basílica” e sua relação geográfica. *Rev. Instituto de Estatística do Brasil*, SP, n. 31, p. 95-111, 1990.

DICK, M. V. de P. do A. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo (1554-1897)*. São Paulo: Annablume, 1997.

DICK, M. V. de P. do A. Toponímia e Cultura. *Rev. Inst. Est. Bras.*, São Paulo, n.27, p. 93-101, 1987.

DICK, M. V. de P. do A. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. da G. (Orgs.). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. v. 2, p. 121-130. Campo Grande: UFMS, 2004.

FRANCISQUINI, I. de A. *O nome do lugar: uma proposta de estudos toponímicos da microrregião de Paranaíba*. 1998. 255 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 1998.

FREITAS, A. C. de. As identidades do Brasil: buscando as identificações ou afirmando as

diferenças? In: RAJAGOPALAN, K.; FERREIRA, D. M. M. (Orgs). *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. São Paulo: Mackenzie, 2006.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mapas político-administrativos estaduais. 2015. Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/politicoadministrativo/estaduais>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. Ceará em mapas: Informações georreferenciadas e espacializadas para os 184 municípios cearenses. 2019. Disponível em: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/index.htm>> Acesso em 05 fev. 2019.

MARCUSCHI, L. A. O léxico: lista, rede, ou cognição social? In: NEGRI, Lígia (Org.). *Sentido e significação em torno na obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2015.

NAVARRO, E. de A. *Tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Global, 2013.

NOGUEIRA, P. Vocabulário Indígena em uso na Província do Ceará, com explicações, Etymologicas, Orthographicas, Topographicas, Históricas, Therapeuticas, etc. *Revista do Instituto do Ceará*, Ano 1, 1987.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PINHEIRO, F. J. Mundos em Confrontos: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In: SOUSA, S. (Org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

POMPEU SOBRINHO, T. Etymologia de algumas palavras indígenas. *Revista do Instituto do Ceará*, ano 33, 1919.

RODRIGUES, A. V. *Todo dia é dia de índio: quais são os povos indígenas do Ceará?* Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2019. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/2019/04/16/todo-dia-e-dia-de-indio-quais-sao-os-povos-indigenas-do-ceara/>>. Acesso em 7 mar. 2020.

SAMPAIO, T. Da evolução histórica do vocabulário geográfico do Brasil. *Revista do Instituto do Ceará*. Ano 16, 1902.

STUDART FILHO, C. S. Aborígenes do Ceará. In: MARTINS FILHO, A.; GIRÃO, R. (Orgs.).

O Ceará. 3. ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.

SERAINÉ, F. Contribuição à toponímia cearense. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 60, p. 254-276, 1946.

_____. Contribuição à toponímia cearense (continuação). *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 61, p. 216-235, 1947.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SOUSA, A. M. *Desbravando a Amazônia ocidental: estudo toponímico de acidentes geográficos humanos e físicos do Acre*. 2007. 122 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SOUSA, J. B. *Quixadá de fazenda a cidade 1755-1955*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística-CNE, 1960.

TIBIRIÇÁ, L. C. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi*. São Paulo: Traço, 1985.

WILLIAMS, R. *Recursos da esperança: Cultura, democracia, socialismo*. Tradução Nair Fonseca, João Alexandre Peschanski. São Paulo: UNESP, 2015.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: HALL, S.; WOODWARD, K. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.